



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço

CNPJ: 21.466.841/0001-69

213

PROCESSO ADM. LICITATÓRIO Nº 023/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021
TIPO: REGISTRO DE PREÇOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

SIGNATÁRIO GESTOR	
Razão Social:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO VALE DO AÇO – CIMVA
CNPJ:	21.466.841/0001-69
Endereço:	Rua Café Filho, nº 76 – Bairro Imbaúbas, CEP: 35.160-250 em Ipatinga/MG
Representante:	Ailton Silveira Dias
Identidade:	M. 2.221.263
CPF:	387.686.906-49
Endereço Eletrônico:	cimva.mg@outlook.com
Telefones:	(31) 3822-1817
Órgão Gerenciador:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO VALE DO AÇO – CIMVA
Órgãos Participantes:	Municípios Membros do CIMVA

SIGNATÁRIO DETENTOR	
Razão Social:	JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
CNPJ:	18.985.386/0001-01
Endereço:	Rua Fernandes Tourinho, 999, Sala 202, Bairro Lourdes, Belo Horizonte – MG
Representante:	Ricard Franco Gontijo
Identidade:	2.067.115
CPF:	392.021.006-91
Endereço Eletrônico:	factosolucoesjuridicas@gmail.com
Telefones:	(31) 2531 2531

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023-019-01/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO VALE DO AÇO - CIMVA E A EMPRESA JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOCACIA, NA FORMA ABAIXO.

Em face da classificação da proposta de preço no Processo Administrativo Licitatório nº 023/2021 Pregão Presencial nº 009/2021, **RESOLVE** registrar os preços para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços nº **023-019-01/2021** tendo sido vencedora do certame licitatório a empresa **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOCACIA** inscrita no CNPJ sob o nº **18.985.386/0001-01**, com sede Rua Fernandes Tourinho, 999, Sala 202, Bairro Lourdes, Belo Horizonte – MG, por intermédio do Representante Legal Sr(a). Ricard Franco Gontijo, Representante Legal, portador(a) da identidade 2.067.115 e CPF: 392.021.006-91, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10520//2002 - Lei que Regulamenta o Pregão e, Lei Complementar nº 123/2006 com alterações posteriores, Lei nº 11.107/2005, Decreto Municipal nº 6984/2011 da Prefeitura Municipal de Ipatinga, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço

CNPJ: 21.466.841/0001-69



Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), autorizado pelo processo supracitado, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre as Prefeituras e a Licitante Vencedora, doravante denominada detentora da Ata.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1. - REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria tributária operacional, objetivando a identificação, apuração, constituição e recuperação de créditos tributários, com ação planejada e transparente, visando assegurar e maximizar os resultados da prestação de serviço em atendimento às demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço e dos municípios coparticipantes, conforme especificações constantes do Anexo I, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

1.1.2. ASSESSORIA TRIBUTÁRIA MENSAL COM FOCO NA GESTÃO DO ISSQN RECOLHIDO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CARTÓRIOS, LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, ACADEMIAS, CINEMAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, HOTEIS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PEDÁGIOS E OUTROS.

1.2 - A detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Adm. Licitatório nº 023/2021 - Pregão Presencial nº 009/2021;

1.3 - Integram esta Ata de Registro de Preço, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no certame supra mencionado.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, vedada sua prorrogação conforme disposto no § 3º III, no artigo 15º da Lei Federal 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR REGISTRADO:

3.1 - O valor total dos serviços registrados para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 45.391.381,96 (quarenta e cinco milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).

3.1.1 - Os Preços Unitários são os constantes na planilha abaixo:

LOTE 1: RECUPERAÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS ÚLTIMOS 05 ANOS



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço

CNPJ: 21.466.841/0001-69

ITEM	Descrição	Valor estimado de recuperação para os municípios consorciados.	Valor máximo a ser pago para cada R\$1,00 (um real) recuperado	Remuneração máxima a ser paga com base no valor previsto a ser recuperado
1	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de ISSQN de instituições financeiras, correspondentes bancários, cartórios, segmentos sensíveis a sonegação fiscal (academias, cinemas, construção civil, hotéis, farmácias de manipulação, instituições de ensino, pedágios e planos de saúde) e grandes contribuintes;	49.370.000,00	R\$ 0,17 (dezessete centavos)	R\$ 8.392.900,00
2	Serviço de recuperação e incremento de receitas decorrentes de auditoria do Simples Nacional	25.005.000,00	R\$ 0,17 (dezessete centavos)	R\$ 4.250.850,00
3	Serviços de revisão, compensação e recuperação de valores pagos indevidamente à receita federal do Brasil, em relação às contribuições previdenciárias – RAT/SAT/FAP e verbas indenizatórias, dos exercícios não prescritos, incluindo a retificação das GFIP/SEFIP, adequação das alíquotas RAT/FAP dos últimos 05 anos e a suspensão dos pagamentos indevidos, conforme Lei 13.485/2017;	94.000.000,00	R\$ 0,17 (dezessete centavos)	R\$ 15.980.000,00
4	Assessoria tributária para cobrança da dívida ativa	39.680.000,00	R\$ 0,17 (dezessete centavos)	R\$ 6.745.600,00
5	Recuperação tributária referente a taxa de fiscalização e licença ambiental e taxa de fiscalização de localização e funcionamento.	43.200.000,00	R\$ 0,17 (dezessete centavos)	R\$ 7.344.000,00
6	Recuperação referente a CFEM e Royalties	13.800.000,00		R\$ 2.346.000,00
TOTAL		265.055.000,00		R\$ 45.059.350,00

LOTE 2: VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO ASSESSORIA TRIBUTÁRIA VALORES SEREM PAGOS POR ATIVIDADE - POR MÊS (em R\$)

MUNICÍPIO COM POPULAÇÃO (HAB.)	Gestão do VAF	Gestão do ITR	Auditoria de Planos de Saúde	Auditoria de cartão de crédito e débito e operações de Leasing	Auditoria das empresas do Simples Nacional	Assessoria Jurídica Tributária	Auditoria ISSQN bancos (Por Agência)	TOTAL
Até 5.000	4.500,00	2.500,00	1.000,00	2.500,00	1.000,00	2.000,00	500,00	13.500,00
De 5.001 a 10.000	8.500,00	2.750,00	1.500,00	2.750,00	2.000,00	2.500,00	600,00	20.000,00
De 10.001 à 15.000	9.350,00	3.025,00	1.650,00	3.025,00	2.200,00	2.750,00	700,00	22.000,00
De 15.001 a 20.000	10.285,00	3.327,50	1.815,00	3.327,50	2.420,00	3.025,00	800,00	24.200,00
De 20.001 a 30.000	11.313,50	3.660,25	1.996,50	3.660,25	2.662,00	3.327,50	800,00	26.620,00



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço

CNPJ: 21.466.841/0001-69



De 30.001 a 40.000	12.444,85	4.026,28	2.196,15	4.392,30	2.928,20	3.660,25	800,00	29.648,03
De 40.001 a 60.000	13.689,34	4.428,90	2.415,77	5.709,99	3.221,02	4.026,28	800,00	33.491,29
De 60.001 a 80.000	14.373,81	4.650,35	2.536,56	5.995,49	3.382,07	4.227,59	800,00	35.965,87
De 80.001 a 100.000	15.811,19	5.115,38	2.790,21	6.595,04	3.720,28	4.650,35	800,00	39.482,45
De 100.001 a 200.000	17.392,31	5.626,92	3.069,24	7.254,54	4.092,31	5.115,39	900,00	42.550,70
Acima de 200.001	18.000,00	5.189,00	3.376,16	6.980,00	4.501,54	5.626,93	900,00	44.573,63
TOTAL	135.659,99	44.299,57	24.345,59	52.190,11	32.127,41	40.909,29	-	332.031,96

3.1.2 - Os serviços serão pagos conforme os Preços e condições da Planilha de Preços/Proposta da CONTRATADA;

3.1.3 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 15 (quinze) dias contra a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente a cada medição realizada sobre os serviços produzidos e recebidos, através de Termo de Aprovação ou Recibo de Entrega dos serviços, firmado pelo servidor responsável como gestor do contrato;

3.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à detentora do preço registrado e seu vencimento ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida junto ao órgão contratante;

3.3 - O pagamento será feito via depósito em conta corrente da empresa vencedora, conforme informada na proposta e confirmada em Contrato de Fornecimento;

3.4 - A emissão da Nota Fiscal deverá constar o detalhamento dos serviços realizados no período medido e que deverão ser atestados pelo Órgão Gestor;

3.6 - Se o objeto/serviço não for entregue/executado conforme condições do Termo de Referência, o pagamento ficará suspenso até o ateste do Órgão Gestor;

3.7 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência deste para com o contratante, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

3.8 - Em caso de atraso pela Administração no pagamento dos valores devidos à contratada, incidirá correção monetária segundo os índices oficiais utilizados pelo Município, a qual correrá entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

3.9 - Todo pagamento correspondente à cada medição aprovada, será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada, em qualquer entidade bancária indicada na Proposta Comercial, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito; 3.10 - Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, ou seja, concluídos de acordo com os prazos compactuados no Plano de Trabalho aprovado, com a autorização de execução através de uma Ordem de Serviço e da apresentação das respectivas Notas Fiscais atestadas pelo Gestor de Contrato da Contratante, mediante ateste sobre as medições entregues como concluídas;

3.11 - Para o recebimento da fatura a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada da GPS - Guia da Previdência Social (GPS específica), quitada e recolhida na matrícula;
- b) Cópia autenticada da GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência devidamente quitada, específica da obra (matrícula CEI) com comprovante de entrega na sede bancária e devidamente autenticada;
- c) Declaração de regularidade fiscal e contábil (declaração do contabilista);
- d) Certidão Negativa de Débitos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que vencido o prazo de validade;
- f) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime PIS/PASEP;
- g) Apresentação de guia paga referente ao ISSQN do período. Não será necessária a apresentação da guia paga se houver Lei Municipal que conceda isenção tributária a CONTRATADA. Neste caso deverá a CONTRATADA **88** apresentar cópia da Lei Municipal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - Lei Federal nº 12440/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - O Objeto do presente contrato será executado sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, nos termos do artigo 10, II, a, da Lei 8666/93;

4.2 - A CONTRATANTE solicitará, mediante Ordem de Serviços, a quantidade e tipo de serviço para atender a sua necessidade e ao seu uso regular, observados os constantes dos Anexos I e II do Edital do respectivo Pregão;

4.3 - O prazo de execução será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, através de termo aditivo;

4.4 - O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso I do artigo 73 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores:

4.4.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

4.4.2 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos consignados a conta da Unidade Orçamentária, Categoria Econômica e Funcional programática constantes no orçamento vigente da Contratante.

5.2 - Este instrumento de registro de preços não obriga as Prefeituras a firmar as contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço

CNPJ: 21.466.841/0001-69



CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA CONTRATUAL

6.1 - Fica dispensada a garantia para a execução do contrato, na forma facultada pelo artigo 56, caput, da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 89 77 e 78 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA

8.1 - Prestar o(s) serviço(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;

8.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Contratante;

8.3 - Realizar os serviços de acordo com as diretrizes do fabricante do equipamento, dentro do prazo estabelecido, condicionado ao aceite por parte do Órgão Contratante;

8.4 - Manter sigilo sobre quaisquer informações e dados corporativos presentes nos equipamentos por ela manipulados. Não veicular, vender, comercializar ou subtrair, sob quaisquer formas ou meios, informações previdenciárias corporativas do Órgão Contratante;

8.5 - Responsabilizar-se, inclusive perante a terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos ou subcontratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade do

Órgão Contratante;

8.6 - Garantir pelo período de vigência do contrato, a funcionalidade e compatibilidade dos equipamentos e softwares de acordo com as necessidades do Órgão Contratante;

8.7 - Executar todos os chamados demandados pelo Órgão Contratante, dentro do prazo negociado e especificado nas solicitações, atendendo o padrão de qualidade exigido;

8.8 - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o

Órgão Contratante;

8.9 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

8.10 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços de assistência técnica, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8.11 - Outros deveres e responsabilidades previstos no contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 - Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.2 - Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor 90 especialmente designado, na forma prevista no artigo 67 da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

9.3 - Acompanhar, viabilizar e fiscalizar os pagamentos referentes à prestação dos serviços objeto desta Ata de

Registro de Preços;

9.4 - Não obstante **A EMPRESA REGISTRADA** seja a única responsável pela prestação dos serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os serviços prestados e aceitos pela Administração;

9.5 - Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados;

9.6 - E outras obrigações constantes no Termo de Referência - **Anexo I** do referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1 - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

10.2 - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;

10.3 - Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4 - As contratações por órgãos ou entidades não participantes não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no art. 22 § 3º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;

10.5 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no art. 22 §

4º do Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018;

10.6 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1 - Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços, a Lei nº 10520/2002 e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos serviços e materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas no Foro da Comarca de Ipatinga/MG, quando esgotadas as vias administrativas;



Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço


CNPJ: 21.466.841/0001-69



12.2 - E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores;

Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor **AILTON SILVEIRA DIAS**, Presidente do CIMVA e pelo(a) pelo Representante Legal da **EMPRESA DETENTORA DA ATA**, qualificado preambularmente, e testemunhas.

Ipatinga, MG, 27 de setembro de 2021.

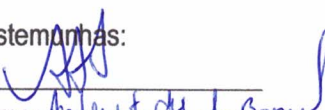

Presidente do CIMVA
Signatário Gestor


Contratado
Signatário Detentor



Assessor Jurídico do CIMVA

Testemunhas:

1:


Nome: Antônio S. de J. Bonal
CPF: 11 632 256-06

2:


Nome: Welyton Moraes de Faria
CPF: 051 855 18650